

# A contribuição da educomunicação para uma formação ampla e integral no ensino médio: legislação, currículos e espaço catalisador

Eliane Vieira de Ataiades Valim

*Graduada em Comunicação Social – Jornalismo, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Docência do Ensino Superior e mestranda do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Atua como jornalista no Campus Palmas, do Instituto Federal do Tocantins (IFTO). Email: elianevieira@ifto.edu.br*

Jair José Maldaner

*Doutor em Educação pela Universidade de Brasília, Brasil(UNB). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Professor do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, Campus Palmas – IFTO. Email: jair@ifto.edu.br*

Rivadávia Cavalcante

*Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Estágio de Doutorado Sanduiche (PDSE/CAPES) - Boursier d'excellence - pela Universidade de Genebra (UNIGE), Suíça. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Professor do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, Campus Palmas – IFTO. Email: riva@ifto.edu.br*

Mary Lúcia Gomes Silveira de Senna

*Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). Professora de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Professora do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, Campus Palmas, IFTO. Email: marysenna@ifto.edu.br*

## Resumo

*Este artigo aborda a educomunicação como campo de inter-relação entre a educação e a comunicação e de convergência de saberes. O texto aponta a importância estratégica da educomunicação para a formação ampla e integral do estudante no ensino médio. Para tanto buscou-se por meio de pesquisa bibliográfica a conceituação e o entendimento sobre a educomunicação e suas possíveis colaborações para o processo de ensino no ensino médio. Realizou-se também análise documental da atual legislação - Lei 13.415/17 e a nova BNCC - no que tange aos currículos e projetos pedagógicos. Suscitou-se ainda uma breve discussão sobre o Ensino Médio Integrado como possível espaço catalisador para a formação ampla e integral dos jovens na atualidade. Em sua conclusão o artigo revela que o termo não está disposto de forma expressa na atual regulamentação do ensino médio, apesar de os textos apontarem a necessária inter-relação entre a educação e a comunicação.*

## Palavras chave

*Educomunicação; Formação integral; Ensino Médio; Ensino Médio Integrado.*

## Abstract

*This article approaches educommunication as a field of interrelation between education and communication and of convergence of knowledge. The text points out the strategic importance of educommunication for the broad and comprehensive education of students in high school. For this purpose, it was sought through bibliographic research the conceptualization and understanding of educommunication and its possible collaborations for the teaching process in high school. Documentary analysis of the current legislation - Law 13.415 / 17 and the new BNCC - was also carried out with regard to curricula and pedagogical projects. There was also a brief discussion on Integrated High School as a possible catalyst for the comprehensive and comprehensive training of*

*young people today. In its conclusion, the article reveals that the term is not expressly stated in the current regulation of high school, despite the texts pointing out the necessary interrelationship between education and communication.*

## **Keywords**

*Educommunication; Integral formation; High school; Integrated High School.*

## **Introdução**

A utopia da formação ampla, integral ou omnilateral do ser humano segue como grande desafio na educação contemporânea. Tendo como base os indicativos de Marx, essa formação integral seria possível por meio do tripé: educação intelectual, física e tecnológica. O indivíduo integralmente desenvolvido estaria apto a desempenhar diferentes funções na sociedade, uma vez inserido em uma formação politécnica, que possibilite o domínio de todas as técnicas e assim o desenvolvimento de todas as suas capacidades e potencialidades (MOURA, LIMA FILHO e SILVA, 2015, p.1061).

Tendo como base os cadernos de Gramsci, Manacorda (1990) afirma que para que a formação integral torne-se uma realidade, diversos fatores são determinantes, dentre eles a aproximação entre a escola e a vida, uma vez que “a separação consequente entre a escola e a vida que criam e perpetuam o caráter retórico e a inadequação didática e cultural da escola” (MANACORDA, p. 204). Assim, observa-se a importância de considerar-se na elaboração dos currículos e planejamentos pedagógicos a realidade social e cultural na qual o estudante está inserido.

É fato que na atualidade vivemos em um novo contexto social que é permeado pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs), que modificaram as formas de se relacionar entre os seres humanos e assim também a forma de se aprender ou adquirir conhecimentos. No contexto desta nova sociedade dos natos digitais é inegável a influência cada vez mais marcante das tecnologias de informação e comunicação (CASTELLS, 2005). Contudo, é preciso se atentar para o fato de que:

A tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade. A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia. (CASTELLS, 2005, p. 17).

Esta nova realidade social chega ao âmbito escolar exigindo novas práticas e métodos. É partindo deste preceito que a educomunicação desponta como campo capaz de integrar, emancipar e aproximar o conteúdo didático do contexto social em que o estudante vive. Como auxiliares no processo de ensino-aprendizagem, as ferramentas de educomunicação podem colaborar na relação de aprendizado-prática, uma vez que permitem que o conteúdo seja transmitido ao estudante de uma forma mais dinâmica, aproximando o que o estudante vê na escola com o que ele efetivamente vive fora dela também.

Desta forma, este artigo busca analisar se a atual legislação voltada ao ensino médio, Lei 13.415/17 e a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apontam a utilização da educomunicação no processo de ensino-aprendizagem, com vistas a uma formação ampla e integral do estudante, e suscita uma breve discussão sobre o Ensino Médio Integrado como espaço catalisador para a formação integral no âmbito do ensino médio.

Além de sua introdução, o artigo está organizado em mais quatro seções, sendo a

segunda é voltada à metodologia utilizada para a concepção deste artigo. Na sequência, destaca-se o referencial teórico e a análise documental que embasaram e orientaram este estudo. A seção seguinte intitulada “Ensino Médio Integrado - espaço catalisador para a formação integral” destaca argumentações teóricas que apontam a modalidade de ensino como espaço para o germe da formação integral e a última seção traz as considerações finais sobre a análise.

## 1. Metodologia

Para a concepção da pesquisa que baseou este artigo foi realizada uma abordagem qualitativa, no intuito de buscar conforme Fonseca (2002) uma compreensão um pouco mais aprofundada dos temas tratados e a explicação da dinâmica que envolve as relações em sociedade. A pesquisa é exploratória, uma vez que o estudo busca aproximação e compreensão da área da educação, no âmbito do ensino médio, como cooperadora para a efetivação da formação humana integral nesta etapa de ensino.

Com este intuito foram utilizados como procedimentos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, com a finalidade de obter mais proximidade com o tema e entender a realidade da problemática proposta neste estudo, a fim de apontar a importância da área da educação para uma formação efetivamente ampla e integral de nível médio e sua necessária inclusão expressa nas regulamentações desta etapa de ensino.

Nesta direção, a pesquisa bibliográfica foi realizada por meio do levantamento de referenciais teóricos que trataram sobre as transformações e reconfiguração da sociedade contemporânea; a educação; a formação integral, ampla e omnilateral; o Ensino Médio Integrado; e a atual legislação voltada ao ensino médio brasileiro. A pesquisa bibliográfica deu-se por meio de fontes primárias e secundárias, uma vez da análise de artigos, artigos de revisão e livros de relevância aos tópicos abordados no estudo. Destaca-se como referências para a pesquisa autores como Castells, Gramsci, Manacorda, Citelli, Soares, Ramos, Martín-Barbero, dentre outros.

Buscou-se desta forma, como nos aponta Fonseca (2002), conhecer por meio das fontes o que já foi pesquisado sobre o assunto e acrescentar um novo olhar à temática. As publicações foram levantadas, relacionadas, revisadas e comparadas buscando extrair das mesmas apontamentos pertinentes e complementares sobre a temática.

A pesquisa documental foi realizada por meio de fontes primárias, uma vez da análise de documentos oficiais referentes à regulação e organização dos currículos no ensino médio - Lei nº 13.415/201 e BNCC - disponibilizados pelo Governo Federal do Brasil. Os documentos foram levantados, revisados e comparados com vistas a destacar dos mesmos os pontos relacionados à inter-relação da educação com a comunicação; à educação como prática ou orientação pedagógica; à formação ampla e integral no ensino médio e aos demais tópicos que poderiam colaborar com o estudo.

Após a análise dos documentos, buscou-se relacionar o conteúdo dos mesmos com os apontamentos teóricos sobre a educação e a formação integral no âmbito do ensino médio a fim de verificar se a legislação desta etapa de ensino aponta e/ou orienta para a utilização da educação com vistas à garantia de uma formação ampla e integral do estudante de nível médio.

## 2. A educação para uma geração em rede

Conectada pela internet e de posse dos mais diversos dispositivos eletrônicos, vivemos na sociedade em rede, descrita por Castells como global, sem fronteiras para a comunicação e que propaga o conhecimento por meio do “[...] poder integrado nas redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia” (CASTELLS, 2005, p. 18). Esta sociedade reconfigurada fez emergir a era da informação/era digital, na qual as formas de se relacionar transformaram-se. Deste modo, a transformação também é cultural, uma vez que esta geração instituiu novas práticas e comportamentos próprios. Castells (2005, p. 29) frisa que nesta reconfiguração o potencial humano voltado para “[...] novas formas de organização social e de invenção cultural, é verdadeiramente extraordinário”.

Sendo assim, para compreender as necessidades desta nova configuração social é preciso primeiramente considerar a nova cultura concebida, uma vez que como nos diz Ramos (2010, p. 49) a cultura em seu sentido mais amplo é a “articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização, constituindo o modo de vida”.

Inegável que o jovem de hoje tem uma nova configuração de tempo e espaço, especialmente no que diz respeito à comunicação. Isto deve-se em grande parte à ampliação do acesso aos meios de comunicação e informação. Deste modo, partindo do pressuposto que os processos educacionais devem observar segundo Ramos (2010, p.48) que os “sujeitos que têm uma vida, uma história e uma cultura” a conformação destes processos à nova realidade social e cultural é uma necessidade latente. Esta necessidade vai ao encontro do novo conformismo em Gramsci, reafirmado em Manacorda (1990) como proposto e não imposto e relacionado ao que a sociedade necessita, ao coletivismo.

Além de ser uma necessidade, também é um grande desafio uma vez que há nesta nova realidade social uma multiplicidade de saberes e de formas de se transmitir o conhecimento, o que requer a preparação de professores para lidar com as inovações tecnológicas e uma compreensão e utilização consciente e crítica das tecnologias de informação e comunicação. Isto porque, conforme ressaltou Martín-Barbero há mais de 20 anos:

A escola deixou de ser o único lugar de legitimação do saber, pois existe uma multiplicidade de saberes que circulam por outros canais, difusos e descentralizados. Essa diversificação e difusão do saber, fora da escola, é um dos desafios mais fortes que o mundo da comunicação apresenta ao sistema educacional. (MARTÍN-BARBERO, 2000, p. 55).

Ao voltar a tratar o tema em 2014, em sua obra “A comunicação na educação”, Martín-Barbero enfatizou a necessidade de transformação dos métodos educacionais, destacando o novo tempo e espaço sociais da era da informação. Conforme o autor essa nova configuração social requer processos de formação correspondentes.

A educação já não é concebível a partir de um modelo de comunicação escolar que se encontra ultrapassado tanto espacial como temporalmente por processos de formação correspondentes a uma era informacional, na qual a idade para aprender são todas, e o lugar para estudar pode ser qualquer um: uma fábrica, uma casa para idosos, uma empresa, um hospital, os grandes e pequenos meios e especialmente a internet. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 121).

Deste modo, é preciso pensar um sistema educativo que vá ao encontro desta nova

configuração, com processos de ensino que ultrapassem os conteúdos rígidos e currículos estáticos da aprendizagem tradicional. Isto porque, de acordo com Martín-Barbero (2014), a revolução tecnológica que vivemos transformou áreas e relações de forma transversal, ou seja, atravessou-as ao ponto de não haver mais um possível regresso, o que confirma a necessidade emergente de um sistema educativo conformado a esta nova realidade, não apenas repleto de ferramentas tecnológicas, mas resignado às novas formas de linguagens, escritas e saberes desta época.

É neste contexto, que a educomunicação apresenta-se como área ou campo educacional capaz de agregar as práticas sociais contemporâneas ao processo de ensino-aprendizagem. Esta inter-relação das áreas da educação e comunicação é evidenciada por Silva (2017), que recorre ao pensamento de Citelli (2010) de que este fenômeno não ocorre por acaso e deve-se justamente pelo salto tecnológico e sua influência na sociedade contemporânea, em sua cultura, forma de viver e de se relacionar.

Contudo, apesar de mostrar-se importante campo educacional na atualidade, a educomunicação nem sempre está contemplada nas práticas educacionais ou quando está, ocorre casualmente, sem que haja planejamento o que acaba por provocar um aproveitamento pedagógico aquém do que poderia ocorrer. Por este motivo, é preciso verificar se a legislação voltada ao ensino médio e aos currículos têm contemplado esta área de convergência de saberes em suas diretrizes. Porém, antes de analisarmos a Lei 13.415/17 e nova BNCC faz-se necessário compreender um pouco mais afundo o que é a educomunicação e sua contribuição para o processo educacional.

## **2.1 Educomunicar para integrar e emancipar**

Tendo como base o pensamento de Ciavatta (2005, p. 2) de que “a emancipação humana se faz na totalidade das relações sociais onde a vida é produzida” e o de Frigotto et al. (2010, p. 76) de que dominar os conhecimentos em seu mais elevados níveis é “condição prévia para construir sujeitos emancipados, criativos e leitores críticos da realidade onde vivem e com condições de agir sobre ela” tem-se na educomunicação uma oportunidade de dinamizar o processo educacional e aproximá-lo da realidade do estudante.

Isto porque educomunicar “é processo e este se faz com o protagonismo, principalmente de uma geração ávida por isso e que necessita de fundamentos e argumentos críticos” (SILVA, 2017, p. 16). Além disso, conforme Citelli há uma importância estratégica na inter-relação da educação com a comunicação uma vez do lugar central que a comunicação ocupa na sociedade contemporânea, na qual “praticamente tudo o que nos circunda, incluindo aspectos materiais, emocionais e simbólicos, mantém algum nível de relação com os meios de comunicação, as linguagens e os discursos neles gerados” (CITELLI, 2014, p.10).

Martín-Barbero (2000) também ressalta a importância estratégica da escola valer-se do uso criativo e crítico das mídias e ferramentas tecnológicas, mas adverte que esta possibilidade está atrelada à transformação do modelo e práxis de ensino-comunicação. Para o autor somente com a transformação do sistema educativo será “possível a passagem de um modelo centrado na sequência linear - que encadeia de forma unidirecional graus, idades e grupos de conhecimentos - a outro descentralizado e plural, cuja chave é o encontro do palimpsesto e do hipertexto” (MARTÍN-BARBERO, 2000, p.58).

Mais que um campo da educação, a educomunicação conforme Citelli é uma “área de reflexão, pesquisa e intervenção social, cujo objetivo é o de trabalhar na interface comunicação e educação [...]”, que tem como marca “[...] novos modos de organizar, distribuir e receber o conhecimento e a informação” (CITELLI, 2014, p.10). Referência nos estudos sobre a área no Brasil, Soares define a educomunicação como:

[...] o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem. (SOARES, 2002, p.24).

Neste mesmo sentido, Silva (2017, p. 17) cita a contribuição de Uliana (2017, p.51) de que a educomunicação dá-se por meio da integração de atividades nas “dimensões midiáticas, culturais e práticas pedagógicas, que auxiliam o aluno a ampliar e construir conhecimentos e aprendizagens significativas”. Desta forma, a proposta educacional é o envolvimento e engajamento do próprio estudante em seu processo educativo. Entendimento que vai ao encontro da escola unitária proposta por Gramsci (2004, p. 39), que nos diz que “toda escola unitária é ativa” e deve ser capaz de formar cidadãos aptos a desenvolver o pensamento, a adquirirem conhecimentos e a tornarem-se dirigentes ou controlar àqueles que dirigem suas comunidades.

Silva (2017) complementa que a perspectiva educacional considera a pluralidade dos envolvidos e dos processos educacionais, como também as diversas ferramentas técnicas que convergem para a ampliação da formação e emancipação do estudante. Ao aprofundar sua análise Silva (2017, p. 18) cita o apontamento de Orozco-Gómez (2014, p. 11) de que “se antes foi fundamental formar para a recepção, agora é imprescindível formar também para a emissão e produção criativas”. O autor reforça que a educomunicação é:

Um conceito mais abrangente para pensar os fenômenos de ensino-aprendizagem sob as circunstâncias que matizam a vida contemporânea em sua pluralidade de dispositivos técnicos, estímulos à visualidade, desafios suscitados pelos circuitos digitais, instigações provocadas pelas estratégias de produção, circulação e distribuição da informação e do conhecimento. (OROZCO-GÓMES, 2014, p. 9, apud SILVA, 2017, p.9).

Para Soares (2000, p. 26-27) a educomunicação pode concretizar-se através de quatro áreas de intervenção social, a saber: a área da educação para a comunicação; a área da mediação tecnológica na educação, compreendendo o uso das tecnologias da informação nos processos educativos; a área da gestão da comunicação no espaço educativo; a área da reflexão epistemológica sobre a inter-relação comunicação/educação como fenômeno cultural emergente. Contudo o autor esclarece e adverte que:

Não se trata, pois, de educar usando o instrumento da comunicação, mas que a própria comunicação se converta no eixo vertebrador dos processos educativos: educar pela comunicação e não para a comunicação. Dentro desta perspectiva da comunicação educativa como relação e não como objeto, os meios são ressitoados a partir de um projeto pedagógico mais amplo. (SOARES, 2000, p. 20).

Dentre as diversas ferramentas de educomunicação que podem colaborar no processo de ensino-aprendizagem ressalta-se os elencados em experiências educacionais destacadas no livro “Educomunicação: reflexões e prática na educação”, organizado pela professora e coordenadora do Grupo de Pesquisa em Tecnologias, Comunicação e Educação (GTECOM), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Diva Silva, que aponta: a dança, a música, o audiovisual, a rádio escola, a internet: redes sociais e os ambientes de aprendizagem interativos, as artes visuais e a fotografia, entre outros.

## **2.2 A educomunicação na lei 13.415/17**

A lei do novo ensino médio, Lei nº 13.415/2017, tem como proposta a reforma do modelo seguido nesta etapa de ensino. Esta nova regulamentação altera a Lei nº 9.394/1996, que instituiu em seu artigo 4º o dever do Estado e a garantia da educação básica na forma: pré-escola; ensino fundamental e ensino médio. Deste modo, o ensino médio é um direito de todo cidadão brasileiro.

Dentre as alterações promovidas por meio da Lei 13.415/17 está a do currículo, que deve ser composto pela Base Nacional Comum Curricular e os seguintes itinerários formativos: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional. Esta última contemplando o Ensino Médio Integrado.

No que diz respeito a educomunicação, a lei do novo ensino médio não aponta de maneira expressa a área em seu texto ou a convergência entre as áreas da educação e comunicação, embora como vimos anteriormente seja inegável esta inter-relação e sua importância estratégica no que tange aos processos educativos na sociedade contemporânea.

No entanto, o artigo 35-A da lei enfatiza, no § 7º, que “os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (BRASIL, 2017).

Nesta direção, tendo como base o caráter integrador e emancipatório que há na proposta da educomunicação, vê-se a necessidade de que a área esteja incorporada aos currículos a fim de que os mesmos possibilitem a formação integral ou politécnica defendida por Frigotto et al. (2010) cujo o princípio é a formação humana em sua totalidade, por meio de um processo de ensino que integre ciência e cultura, humanismo e tecnologia, e vise o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser possibilitando ao estudante construir seus projetos de vida tendo como base uma formação ampla.

Outro ponto da lei que cabe ressaltar trata dos conteúdos, metodologias e formas de avaliação. Conforme o texto, os mesmos devem ser organizados “de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: I- domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; II- conhecimento das formas contemporâneas de linguagem” (BRASIL, 2017). Tem-se deste modo, mais uma vez a educomunicação como possibilidade, dado sua ligação com as tecnologias da atualidade e sua abrangência no que tange às linguagens e suas mais diversas possibilidades contemporâneas.

## **2.3 A educomunicação na BNCC**

Homologada em 2018 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento que norteia os currículos e propostas pedagógicas no ensino brasileiro. O texto do documento estabelece os conhecimentos, as competências e as habilidades que os estudantes devem desenvolver na educação básica, que inclui o ensino médio. A BNCC não traz uma citação expressa da área da educomunicação, contudo é possível verificar a proposta de inter-relação da educação com a comunicação ao longo do texto do documento.

O texto destaca dez competências gerais para a educação básica, que segundo consta tem o intuito de “garantir aos jovens aprendizagens para atuar em uma sociedade em constante mudança [...]. A preocupação com os impactos dessas transformações na sociedade está expressa na BNCC e se explicita já nas competências gerais para a Educação Básica” (BRASIL, 2018, p. 475). Destas competências, as seis primeiras apresentam-se como possíveis campos de inter-relação da educação com a comunicação, a saber:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. 2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. 3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural. 4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2018, p. 9, grifo nosso).

Nesta mesma direção, ao apresentar os fundamentos pedagógicos a BNCC destaca que a nova conjuntura social requer “reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações” (BRASIL, 2018, p. 14). O texto reforça ainda que o novo cenário mundial:

Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (BRASIL, 2018, p. 14).

O texto traz também a afirmação explícita do compromisso com a educação integral e a proposta de superação da fragmentação de conteúdos com estímulo à sua aplicação à vida real, ressaltando a importância do contexto no aprendizado e o protagonismo do estudante.

A Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. (Brasil, 2018, p. 14).



Neste contexto, aponta-se o conceito de integral que nos traz Ciavatta (2005, p. 84), citado por Ramos (2010, p. 52) como forma de compreender o termo em sua “[...]completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos”.

Ao mencionar a importância do contexto em que o estudante vive, aponta-se para a aproximação do universo da educação com a comunicação. Em entrevista concedida em 2011 a Ciranda - agência da Rede ANDI Brasil no Paraná - Soares ratificou que a educomunicação para o ensino médio representa “um sopro de vida, permitindo primeiramente que o sistema de ensino olhasse para esse jovem a partir da realidade em que ele vive”. Sobre a necessária reelaboração dos currículos no ensino médio o mesmo autor já havia advertido em 2002 sobre a necessidade de considerar-se nos conteúdos curriculares a presença crescente das tecnologias e meios de comunicação no cotidiano social e educacional.

Sobre este ponto, a BNCC orienta que os currículos e propostas pedagógicas devem incorporar “a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora” (BRASIL, 2018, p. 20). O texto destaca ainda que:

Para responder a essa necessidade de recriação da escola, mostra-se imprescindível reconhecer que as rápidas transformações na dinâmica social contemporânea nacional e internacional, em grande parte decorrentes do desenvolvimento tecnológico, atingem diretamente as populações jovens e, portanto, suas demandas de formação. Nesse cenário cada vez mais complexo, dinâmico e fluido, as incertezas relativas às mudanças no mundo do trabalho e nas relações sociais como um todo representam um grande desafio para a formulação de políticas e propostas de organização curriculares para a Educação Básica, em geral, e para o Ensino Médio, em particular. (BRASIL, 2018, p. 462).

A BNCC aponta ainda para a inter-relação entre a educação e a comunicação ao definir o foco das áreas de conhecimento, em especial destaca-se a área de Linguagens e suas Tecnologias, que segundo o texto deve estar:

“[...] na ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais; e no uso criativo das diversas mídias”. (BRASIL, 2018, p. 471).

A respeito da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, o texto pondera que a mesma deve estar voltada ao “engajamento dos estudantes na aprendizagem de processos, práticas e procedimentos científicos e tecnológicos” tornando possível ao estudante “ampliar sua compreensão sobre a vida, o nosso planeta e o universo, bem como sua capacidade de refletir, argumentar, propor soluções e enfrentar desafios pessoais e coletivos, locais e globais” (BRASIL, 2018, p. 472).

Para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a BNCC aponta que o conteúdo deve “estimular uma leitura de mundo sustentada em uma visão crítica e contextualizada da realidade, no domínio conceitual e na elaboração e aplicação de interpretações sobre as relações, os processos e as múltiplas dimensões da existência humana” (BRASIL, 2018, p. 472).

Em diversos outros trechos da BNCC aponta a inter-relação entre a comunicação e a educação, inclusive há a orientação para utilização de ferramentas de comunicação como a fotografia, audiovisual, música, jornais e outros no ambiente escolar. Em especial tem-se no texto a proposta de progressão das aprendizagens, que destaca:

[...] o aprofundamento na pesquisa e no desenvolvimento de processos de criação autorais nas linguagens das artes visuais, do audiovisual, da dança, do teatro, das artes circenses e da música. Além de propor que os estudantes explorem, de maneira específica, cada uma dessas linguagens, as competências e habilidades definidas preveem a exploração das possíveis conexões e intersecções entre essas linguagens, de modo a considerar as novas tecnologias, como internet e multimídia, e seus espaços de compartilhamento e convívio. (BRASIL, 2018, p. 482).

Deste modo fica evidente que a educomunicação, como campo de convergência de saberes e a proposta de uma metodologia educativa participativa e dinâmica, está presente na conceituação do novo ensino médio, embora não tenha sido apontada de forma expressa no texto da nova BNCC.

### **3. Ensino médio integrado - espaço catalisador para a formação integral**

Conforme destacou-se nos itens anteriores, a educomunicação pode corroborar sobremaneira com a elaboração de processos educativos voltados à formação ampla e integral no ensino médio. Após apontar esta possível e importante contribuição e analisar as principais regulamentações voltadas a esta etapa de ensino, cabe ponderar sobre o espaço educacional mais oportuno para que esta formação educacional possa concretizar-se.

Entende-se que a formação ampla e integral, e por conseguinte também educacional, deve ocorrer em qualquer que seja a modalidade educacional nesta etapa de ensino, contudo é fato que há uma dualidade histórica no âmbito do ensino médio brasileiro, que ao longo do tempo direcionou a formação geral para a classe social abastada e a formação específica para os menos favorecidos.

Ao abordar o tema, Ramos (2010, p. 42) afirma que “a problemática do ensino médio é bastante grave, posto que os sistemas estaduais de ensino, instância responsável por sua oferta, possuem limites para o seu financiamento”. A autora defende que a função do ensino médio deveria ser a de “recuperar a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho” (RAMOS, 2010, p. 44). Ramos afirma que:

É preciso, então, construir um projeto de ensino médio que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana. Assim, sua identidade como última etapa da educação básica deve ser definida mediante um projeto que, seja unitário em seus princípios e objetivos, desenvolva possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos que o constituem - adolescentes, jovens e adultos -, reconhecendo-os não como cidadãos e trabalhadores de um futuro definido, mas como sujeitos de direitos no momento em que cursam o ensino médio. (RAMOS, 2010, p. 48).

Desta necessidade, destacada por Ramos nasce o projeto do Ensino Médio Integrado

defendido pela autora e que está alicerçado na integração do trabalho, ciência e cultura “na perspectiva de uma formação unitária, politécnica e omnilateral” (RAMOS, 2010 p.43). Para Moura, Lima Filho e Silva (2015, p. 1066) embora a concretização de uma formação ampla e unitária, em seu sentido pleno e para todos, só possa efetivar-se numa perspectiva futura, “o ensino médio integrado pode ser a gênese dessa formação”.

Partindo desses pressupostos, tem-se no ensino médio integrado a proposta de uma formação que prepare o jovem para o exercício de profissões e também para a vida, ou seja uma formação que dialogue com as transformações sociais e humanas e é voltada a “tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (CIAVATTA, 2005, p.2).

Tem-se assim no horizonte desta proposta a possibilidade de efetivar-se uma formação de nível médio que vá ao encontro do que nos aponta Martín-Barbero (2000, p. 60), que afirma que “a educação tem de ajudar a criar nos jovens uma mentalidade crítica, questionadora, desajustadora da inércia na qual as pessoas vivem, desajustadora da acomodação na riqueza e da resignação na pobreza”.

Vislumbra-se deste modo no ensino médio integrado o espaço catalisador para a formação na perspectiva do desenvolvimento amplo das capacidades e potencialidades dos jovens e no diálogo do ensino com o mundo e suas transformações, abrindo o caminho para a formação de fato integral, unitária, omnilateral e educacional, como exigem os novos tempos.

## Considerações finais

Esta pesquisa buscou verificar se a atual legislação voltada ao ensino médio brasileiro expressa e/ou aponta para a utilização da área ou campo da educação no processo de ensino-aprendizagem, como colaboradora para a efetivação de uma formação ampla e integral do estudante nesta etapa. Para tanto foi realizada uma revisão de literatura, que possibilitou uma maior compreensão e aproximação do assunto estudado. Foi realizada ainda a análise de documentos oficiais, detalhada no capítulo dedicado à metodologia da pesquisa.

No decorrer do trabalho pôde-se perceber a inegável importância da educação para o processo de ensino-aprendizagem na sociedade contemporânea. Além disso, verificou-se que a educação, como prática capaz de promover aproximação entre a educação e o contexto em que vive o estudante e como proposta de dinamização dos processos educativos e protagonismo estudantil, tem importância estratégica para os processos de ensino na atualidade.

Ao analisar a Lei 13.415/17 e a nova Base Nacional Comum Curricular verificou-se que os textos apontam para a inter-relação da educação e comunicação, contudo a convergência entre as áreas não é mencionada de maneira expressa nos textos, o que acaba por contribuir para a utilização de ferramentas de comunicação no processo de ensino-aprendizagem sem qualquer planejamento ou enfoque pedagógico.

Desta forma, cabe uma reflexão a respeito, uma vez que as regulamentações analisadas neste artigo são atuais e deveriam expressar de forma clara esta inter-relação de modo a fomentar sua consolidação, pois a educação apresenta-se como campo estratégico para o fomento de uma educação de nível médio que vá ao encontro da proposta de ensino integral, amplo e omnilateral, que a própria legislação aponta como um compromisso.

Apontou-se ainda, em consonância com os referenciais teóricos utilizados no estudo, o Ensino Médio Integrado como espaço catalisador para a formação integral, unitária, omnilateral e por conseguinte educacional, conforme exigência das transformações

sociais contemporâneas, que requerem que os processos de ensino-aprendizagem estejam conectados ao cotidiano do estudante e a tudo aquilo que o cerca.

Este artigo contribui para a discussão e reflexão sobre o tema, que deve continuar a ser explorado a fim de que tenha-se mais conhecimento sobre a educomunicação no ensino médio, sua importância e contribuição para a formação ampla e integral nesta etapa. Além disso, aponta-se a necessidade desta área estar expressamente incluída nos currículos, para que a formação pela comunicação possa instituir-se como prática contínua e planejada, de forma a tornar os processos de ensino de nível médio mais próximos da realidade estudantil, integradores, dinâmicos, atraentes e eficientes.

## Referências

- BRASIL. Governo Federal. **LEI Nº 13.415**. 16/, fev. 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm). Acesso em: 10 de dezembro de 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 de dezembro 2019.
- CASTELLS, Manuel. CARDOSO, Gustavo. **A Sociedade em Rede. Do Conhecimento à Ação Política**. Imprensa Nacional-Casa da Moeda Janeiro de 2006. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/sociedade-em-rede-do-conhecimento-a-acção-política>. Acesso em: 25 de outubro de 2019.
- CITELLI, Adílson Odair. **Educar para a comunicação**. Sesc TV, São Paulo, n. 92, p. 10, nov. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/2588776/Downloads/REVISTA%20SESC%20TV%20%20112014.pdf>. Acesso em: 13 de dezembro de 2019.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/716/1/Metodologia%20da%20Pesquisa%20Cientifica.pdf>. Acesso em: 01/10/2019.
- FRIGOTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. **A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio Ensino Médio Integrado**. In: *Concepção e contradições*. 2ª ed. São Paulo. Cortez 2010.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. 3ª Edição. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2004.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **O Princípio Educativo em Gramsci: americanismo e conformismo**. Porto Alegre: Artmed, 1990. pg. 201 a 247.
- MOURA, Dante Henrique. FILHO, Domingos Leite Lima. SILVA, Mônica Ribeiro. **Politécnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira**. Revista Brasileira de Educação. V. 20, n. 63, out.-dez. 2015.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Desafios culturais da Comunicação à Educação**. Comunicação & Educação. São Paulo, [18]:51 a 61, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36920/39642>. Acesso em: 10/12/2019.

MARTÍN–BARBERO, Jesus. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica**. In: Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo. Pg. 42 a 57. Porto Alegre. Artmed, 2010.

SILVA, Diva. **A experiência da educomunicação no contexto da pós-graduação**. In: Educomunicação: reflexões e práticas na educação – Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: um campo de mediações**. Comunicação & Educação. N. 19, p. 12–24, dec. 2000. Disponível em; <http://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2000/09/Educomunicacao-um-campo-de-mediaco.es.pdf>. Acesso em: 15 dezembro de 2019.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação**. Comunicação & Educação. São Paulo. Ano VIII, jan/abr. 2002, nº 23. Disponível

em:[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4614999/mod\\_resource/content/3/Soares%20Ges%20C3%A3o%20Comunicativa.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4614999/mod_resource/content/3/Soares%20Ges%20C3%A3o%20Comunicativa.pdf). Acesso em:: 17 de dezembro de 2019.

SOARES, Ismar de Oliveira. Prof Ismar Soares fala sobre a educomunicação como política pública. **Portal Direitos da Criança**. Ago. 2011. Entrevista concedida a *Ciranda* - agência da Rede ANDI Brasil no Paraná. Disponível em: <https://www.direitosdacrianca.gov.br/em-pauta/2011/08/em-10-anos-educomunicacao-pode-ser-politica-publica-em-todos-os-municipios-afirma-ismar-soares>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

